



Universidade de Brasília

Repositório Institucional da Universidade de Brasília

repositorio.unb.br



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

A licença está disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



S U M Á R I O

2 | *A Santa Sé e a Conferência de Helsinque*

Virgílio Arraes

3 | *A presença militar norte-americana no Paraguai: perigo ou paranóia?*

João Fábio Bertonha

6 | *A Comunidade Sul-Americana de Nações no contexto da política externa do Brasil*

Carlos Ribeiro Santana

9 | *Mercosul para principiantes: custos e benefícios*

Paulo Roberto de Almeida

11 | *Inteligência Financeira no Brasil: o curioso papel da soft law*

Felipe Kern Moreira

13 | *O dragão em sua jaula*

Matias Spektor

A Santa Sé e a Conferência de Helsinque

Virgílio Arraes*

Em julho de 1975, durante a negociação da Ata Final da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), os 35 países comparecentes – dentre os quais o Canadá – haviam-na dividido em três partes principais: segurança, aspecto considerado pela diplomacia norte-americana como o mais relevante para os soviéticos por relacionar-se com a questão fronteiriça; economia e tecnologia; e direitos humanos, a mais importante para os Estados Unidos, ao trabalhar com a perspectiva de uma possível, ainda que distante, conversão do ‘centralismo marxista-leninista’ para o ‘individualismo democrático’, e Santa Sé, ao significar a continuidade de sua diplomacia de distensionamento religioso, a *Ostpolitik*. Após a assinatura em 1º de agosto, a abrangência territorial de seus participantes iria de Vancouver até Vladivostoke – atualmente, 55 países, após a dissolução soviética e iugoslava, compõem a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), inclusive a Albânia.

Conquanto o texto não tivesse força de lei interna, ele havia, na prática, sido o estabelecimento de um tratado de paz, por causa do reconhecimento tácito das fronteiras fixadas politicamente em Yalta, cuja modificação eventual tão-somente poderia ocorrer por meio de negociações com base no direito internacional, a despeito da advertência do Presidente Gerald Ford de que Helsinque não seria o selo da aprovação da divisão territorial da Europa, declaração ratificada pela então República Federal da Alemanha, ciosa do princípio da autodeterminação, enquanto a sua contraparte, a República Democrática da Alemanha, havia-se satisfeito com o preceito da inviolabilidade. Para o Vaticano, os limites territoriais já haviam sido instituídos *de facto*, de maneira que a prioridade não seria econômica, nem militar, mas espiritual.

O acordo havia sido o reconhecimento das esferas de influência bipolar. Na visão da Santa Sé, o reconhecimento lindeiro limitaria a aplicação da Doutrina Brezhnev/Brejnev, instituída como a limitação da soberania dos países socialistas pela União Soviética, especialmente os do Leste europeu, em decorrência da proteção militar e ideológica

permanente. A análise estaria correta, tendo em vista que não haveria mais intervenções soviéticas. Além do mais, integrar-se-ia, de modo definitivo, a temática dos direitos humanos à pauta da política internacional.

Durante os debates, a diplomacia vaticana havia-se empenhado para que houvesse menção explícita na questão religiosa ao direito do exercício de culto, tanto individual bem como coletivo. Isto seria um procedimento significativo para a afirmação de relacionamento bilateral entre a Santa Sé e os países do Leste europeu, de talhe católico, em corroboração à execução da *Ostpolitik*. Desta forma, o processo de distensionamento avançava gradualmente, com a percepção de que momentos de grande tensão, como os da gestão de Pio XII, não mais ocorreriam. Duas consequências seriam a nomeação de bispos sem interferências aparentes no processo de escolha e a retirada progressiva dos ‘vigilantes de consciência’ – funcionários públicos com a função de censor – das dioceses, seminários, conventos etc.

Por outro lado, organizações não governamentais queixar-se-iam de que itens vinculados ao direito de ir e vir, o que incluiria a imigração, ao de amplo acesso à informação, e mesmo ao de religião seriam, muitas vezes, desrespeitados pelos países signatários do Leste, algo que não seria modificado quando da realização de encontros posteriores como Belgrado (1977) e Madri (1980-83) – a dificuldade não havia sido apenas lá. Recorde-se, por exemplo, o tratamento infligido à minoria católica da Irlanda do Norte. Ainda assim, após Helsinque, firmava-se a base para a extensão do tema de direitos humanos além da Europa, por meio da promoção das conferências mundiais da Organização das Nações Unidas, efetivadas após o fim da Guerra Fria.

Não obstante o enfraquecimento temporário, provocado pelo malogro militar no Vietnã e colapso dos pilares do sistema monetário de Bretton Woods, os Estados Unidos haviam conseguido empunhar uma bandeira transfronteiriça, a de direitos humanos; por seu turno, a União Soviética, apesar da tradicional postura universal do trabalhismo, havia segurado uma estatocêntrica, ao posicionar-se pela fixação lindeira na região.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (iREL-UnB).